

CARVALHO, Raul de, Modernos Agentes da Justiça e da Caridade, *Serviço Social e Sociedade*, n.º 2, São Paulo, mar. 1980, p. 43-71.

CBCISS, *Reflexões sobre o Processo Histórico-Científico de Construção do Objeto do Serviço Social*, III Seminário de Teorização do Serviço Social, Águas de São Pedro, São Paulo, junho, 1978.

CORRIGAN, Paul e LEONARD, Peter, *Prática do Serviço Social no Capitalismo*, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1979, 148 p.

DIAS, José Fernandes, *Serviço Social e Realidade, Serviço Social — Intervenção na Realidade*, Petrópolis, 1980, p. 9-17.

FALEIROS, Vicente de Paula, Espaço Institucional e Espaço Profissional, *Serviço Social e Sociedade*, n.º 1, São Paulo, set. 1979, p. 137-152.

GALEANO, Eduardo, *As Velas Abertas da América Latina*, Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 10.ª ed., 1980, v. 12, Coleção Estudos Latino-Americanos, trad. Galeano de Freitas, 307 p.

GONÇALVES DOS SANTOS, Antônio, A Prática do Serviço Social nas Instituições, *Serviço Social e Sociedade*, n.º 2, São Paulo, mar. 1980, p. 114-126.

HOGAN, Daniel J. e outros, *Cidades, Usos e Abusos*, São Paulo, ed. Brasiliense, 1978, 167 p.

HUBERMAN, Leo, *História da Riqueza do Homem*, Rio de Janeiro, ed. Zahar, 11.ª ed., 1976, trad. Waltensir Dutra, 318 p.

JUNQUEIRA, Helena Iraci, *O Serviço Social como Profissão*, in Coleção Cadernos Verdes, n.º 87, Rio de Janeiro, 1974.

KFOURI, Nadir Gouvea, Determinação do Objetivo do Serviço Social e os problemas que coloca, *Debates Sociais*, n.º 14, Rio de Janeiro, maio, 1972.

LIMA, Boris Alexis, *Contribuição à Metodologia do Serviço Social*, Belo Horizonte, ed. Interlivros, 2.ª ed., 1976, trad. Yonne Gross, 142 p.

LIMA, Leila e RODRÍGUEZ, Roberto, Metodologismo, Produto de uma época, *Serviço Social-Intervenção na Realidade*, Petrópolis, 1980, p. 18-65.

LOPES, Josefa Batista, *Objeto e Especificidade do Serviço Social*, São Paulo, ed. Cortez e Moraes, 1979, 83 p.

LUZ, Madel Terezinha, Estratégia de Hegemonia e Análise Política de Instituição, In Instituições Médicas no Brasil, cap. I, p. 29, 1979 (texto apostilado).

MOISÉS, José Álvaro e outros, *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*, Rio de Janeiro, co-edições Cedec/Paz e Terra, 2.ª ed., 1978, 86 p.

MOJICA MARTÍNEZ, Juan, Processo Histórico e Serviço Social na América Latina, *Serviço Social-Intervenção na Realidade*, Petrópolis, 1980, p. 66-80.

Planejamento Curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, 1980.

PROCÓPIO FERREIRA, Cândido e outros, *São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza*, São Paulo, Edições Loyola, 4.ª ed., 1976, 156 p.

SINGER, Paul, *Economia Política da Urbanização*, São Paulo, ed. Brasiliense, 3.ª ed., 1976, 152 p.

VEGA, Beatriz de la, A Situação da América Latina e o Serviço Social, *Serviço Social-Intervenção na Realidade*, Petrópolis, 1980, p. 81-116.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W., Perspectivas do Profissional na Atual Conjuntura, *Serviço Social e Sociedade*, n.º 2, São Paulo, mar. 1980, p. 72-81.

YASBEK, Maria Carmelita, *Estudo da Evolução da Escola do Serviço Social de São Paulo no Período de 1936 a 1945*, Tese de Mestrado, PUC-SP, 1977.

A CRÍTICA CONSERVADORA À RECONCEPTUALIZAÇÃO*

JOSÉ PAULO NETTO**

Durante aproximadamente uma década — 1965/1975 —, desenvolveu-se, experimentando apogeu e refluxo, o compósito processo a que se convencionou chamar de *reconceptualização do Serviço Social*, algo tipicamente latino-americano¹.

Enquanto fenômeno sócio-cultural, o processo de reconceptualização articulou-se como consequência da crise estrutural que, gestada desde meados dos anos cinquenta, afetou os padrões de dominação sócio-política vigentes na América Latina². Enquanto fenômeno profissional, ele instaurou-se como uma resposta possível elaborada por setores da comunidade profissional como alternativa à evidente falência do Serviço Social institucional que, no continente, sempre foi um Serviço Social a que cabe a caracterização de *tradicional*³. De qualquer ângulo, porém, que este se enfoque, há que levar em conta duas notas que o singularizaram:

* O presente artigo condensa aspectos de um ensaio de maior fôlego que o autor está preparando acerca da avaliação do processo de reconceptualização do Serviço Social. Dada a sua intenção claramente *didática*, esta condensação apresenta-se necessariamente *esquemática* e *simplificada*.

** Assistente Social e formado em Letras, atualmente é professor de Teoria do S. Social na PUC-SP.

1. Dou por assentado, aqui, um conhecimento mínimo deste processo. O seu balanço mais inclusivo, embora irregular, é o que se encontra no volume coletivo *Desafio al Servicio Social*, Buenos Aires, ed. Humanitas, 1976.

2. Deve-se evitar o erro de considerar a América Latina uma totalidade integrada — sabe-se da diversidade problemática que constitui o continente. Emprego a expressão, portanto, apenas no seu sentido geopolítico corrente.

3. Creio que é necessário distinguir claramente Serviço Social "clássico" de Serviço Social "tradicional". Serviço Social "clássico" denota o exercício profissional tal como foi postulado pelos agentes profissionais que se dedicaram a um mínimo de sistematização, constituindo de fato as *fontes* do Serviço Social (Mary Richmond é o exemplo mais típico). Por Serviço Social

a) o seu *caráter heteróclito*: na sua gênese e no seu evolver, o processo foi sempre uma mescla de tendências heterogêneas e até conflitantes; essencialmente, o projeto reconceptualizador debateu-se numa ambigüidade que nunca foi clarificada: gravitou ora em torno de uma proposta de adequação profissional às demandas institucionais (*modernização*), ora em torno de uma alternativa que postulava uma prática de natureza nova (*ruptura*);

b) o *lapso temporal extremamente reduzido* em que se desenrolou: não mais que dez anos, o que é reconhecidamente pouco para que qualquer processo de transformação ou de ruptura possa ter incidências que permitam uma avaliação minimamente profunda.

No próprio momento em que se começa a registrar o seu refluxo (variável dependente dos eventos sócio-políticos continentais), o processo de reconceptualização passa a ser objeto de reservas e críticas⁴. Embora tais críticas não tenham experimentado um desenvolvimento rigoroso, é hoje possível identificar, sumariamente, duas perspectivas fundamentais que podem conduzir a uma avaliação da sua natureza e da sua significação para o Serviço Social como profissão.

A CRÍTICA SUPERADORA

Uma primeira vertente crítica recolhe do processo de reconceptualização os componentes que apontavam para uma prática de

"tradicional" deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam *efetivamente* na América Latina. Evidentemente, há um nexo essencial entre ambos: parametra-os uma ética liberal-burguesa e sua teleologia consiste na correção — numa ótica claramente funcionalista — de resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável. Gostaria de ressaltar que esta distinção é *instrumental*: ela permite indicar que a prática profissional refratária ao processo de reconceptualização dista muito do Serviço Social "clássico" — e esta indicação tem enorme significado heurístico no debate contemporâneo. Por exemplo: a prática postulada "clássicamente", pelo *case work* (tal como explicitada por Richmond em 1917 e em 1922) supõe uma rede de agências sociais interatuantes numa articulada estrutura de serviços eficientes (públicos e privados), um aparato estatal eficaz e uma sociedade civil complexa e estruturada; ora, esta prática, entre nós, realizou-se (e se realiza hoje, parcialmente) na ausência, ou quase ausência, destas pré-condições.

4. Sob esta ótica, é ilustrativa, hoje, a releitura da obra citada na nota 1.

natureza nova, desbordando o âmbito do Serviço Social institucional para configurar um projeto de *intervenção social* respaldado em forças sócio-políticas inscritas nos movimentos populares e de massa. Esta perspectiva não é o objeto do presente artigo, mas é necessário dizer algo sobre ela.

Sua premissa é a de que o processo de reconceptualização, expressando a conjuntura de transição social vivida na América Latina, tinha a sua sorte hipotecada aos próprios rumos da revolução social em escala continental. Ganhando impulso o movimento revolucionário, o projeto de uma nova prática profissional encontraria suportes sociais reais e romperia com a própria noção histórica do Serviço Social, entendido como instrumento de manipulação das demandas sociais das classes espoliadas em proveito do *status quo*; frustrado transitoriamente este movimento, o projeto em tela seria enquadrado e reabsorvido nas pautas profissionais institucionais.

Como a história imediata do continente concretizou a segunda via (as classes possidentes nativas e o imperialismo puderam localizar soluções provisórias de bloqueio ao movimento revolucionário, que variam do militar-fascismo às ordenações de cariz social-democrata, estas últimas apresentando largas chances de viabilidade política), esta perspectiva vê condicionada a sua crítica pelas limitações postas pela atual conjuntura de travagem político-social. Ou seja: a sua crítica restringe-se a operações analíticas.

Resumidamente, esta crítica incide sobre três níveis do processo de reconceptualização. Em primeiro lugar, o seu arcabouço *teórico*: trata-se de desmontar o *ecletismo* que permeou o processo, resultante na assimilação mal-digerida da teoria marxiana — haurida não em fontes originais, mas na divulgação rasteira, de tipo manualesco — a contrafações como a "teoria da dependência", a "teoria do populismo" e quejandos. No mesmo plano, a tarefa é a de liquidar com o *epistemologismo* (clara marca althusseriana) e os equívocos dele derivados, tais como a postulação de uma "teoria" própria ao Serviço Social, bem como, ainda, a utilização arbitrária e indevida das propostas de Paulo Freire. Em segundo lugar, cabe pensar as suas *alternativas metodológicas*, desmistificando o formalismo metodológico que freqüentemente encobriu um traço empirista a neopositivista. Ainda aqui, cabe enfatizar a inépcia no estabelecimento de mediações entre os objetivos estratégicos explícitos e as formas prático-imediatas de intervenção. Enfim, a crítica recai sobre o âmbito *político*: cumpre desnudar a ingenuidade política, oriunda tanto da incapacidade de conjugar análise de estrutura/análise de conjuntura quanto do *basesmo*, que nunca dissimulou uma franca hostilidade para com as organizações operárias de tipo tradicional (especialmente

os partidos comunistas). É deste ângulo que se indicará como e por que, comumente, o processo de reconceptualização não soube identificar suportes sócio-políticos efetivos para embasar seu projetos.

O que é importante, entretanto, é ressaltar que esta perspectiva crítica procura alternativas ao processo de reconceptualização *dirigindo-se para o futuro*. O seu sentido é claro: jogar no processo histórico como matriz para alterar medularmente o perfil profissional do Serviço Social. Isto lhe propicia, por outro lado, compreender o estágio atual da profissão: uma etapa de transição, na qual componentes do processo de reconceptualização se integram no espaço institucional *ampliando positivamente* as formas de intervenção.

Não é esta, contudo, a perspectiva que interessa considerar aqui; interessa, sim, pensar aquelas que configura uma *crítica conservadora* ao processo de reconceptualização.

A CRÍTICA CONSERVADORA

Sem uma formulação explícita e clara, o elenco de críticas que os setores profissionais refratários à reconceptualização dirigem ao processo apresenta uma peculiaridade significativa: os núcleos temáticos desta crítica são literalmente *idênticos* aos elementos autocríticos que alguns promotores do processo de reconceptualização chegaram a esboçar⁵ — e esta peculiaridade deve ser anotada. De qualquer maneira, no nebuloso arsenal de apodos de que se armam os profissionais refratários ao processo de reconceptualização, é possível delimitar alguns daqueles núcleos e listar as reservas mais gerais que trazem consigo. Numa ordenação aleatória, vejamos estas apo-rias e a contracrítica que comportam.

Primeira crítica: *a reconceptualização conduziu à insegurança, à angústia e à desorientação profissional*. A meia-verdade contida nesta afirmação elide o contrabando da sua inteira mentira. Ela supõe que *antes* da “confusão” gerada pelo processo de reconceptualização imperava na comunidade profissional um clima de segurança, confiança e clareza. *Mas este pressuposto é falso*. O Serviço Social tradicional jamais estabeleceu coerentemente o seu terreno profissional, o seu objeto e o seu instrumental. Objetivamente, isto se traduziu, entre nós, a dois níveis: o da formação de quadros e o da intervenção profissional. Quanto ao primeiro, basta analisar o *conteúdo real* dos currículos e dos programas escolares para verificar

5. Vale a mesma observação da nota anterior.

que sempre se transitou por uma zona de sombras; ademais, eram já notórias — para quem viveu aqueles “bons velhos tempos” — as tensões existentes entre as disciplinas de “formação profissional” e aquelas “subsidiárias” ou “complementares”, tensões que, no limite da caricatura, levavam o aluno a “gostar” de Sociologia e a “desprezar” Serviço Social de Casos (como se vê, as tendências à “desprofissionalização” são bem velhas...). Não que toca à intervenção profissionais, quem possui o mais elementar conhecimento do funcionamento das nossas agências sabe perfeitamente que só existia (existia?) clareza e definição funcional no esquema burocrático-formal (administração, regulamentos e/ou estatutos): ninguém sabia (sabe?) exatamente “o que faz a (sic) assistente social”⁶.

Nesta situação, o processo de reconceptualização teve um único papel: produziu um tipo de ambiência onde a insegurança e a desorientação próprias do Serviço Social tradicional saltaram à luz do dia, é verdade que com a força acumulada por uma velha repressão. E é compreensível que, fazendo-o sobre novas bases, o fenômeno latente no Serviço Social tradicional adquirisse um perfil mais agudo, um cariz mais dramático. Contudo, debitar ao processo de reconceptualização um traço inerente ao Serviço Social enquanto instituição é, deliberadamente, promover a mistificação.

Segunda crítica: *a reconceptualização cristalizou-se num modismo profissional*. Como constatação factual, esta assertiva tem alguns calcos na realidade: houve a “onda” da reconceptualização — durante certo tempo, curto aliás, foi de bom-tom posar como reconceptualizador. No entanto, a ressalva é superficial, uma vez que isola aspectos epidérmicos — a linguagem empolada, a consolidação de um jargão-tipo, uma ingênuia irreverência para com o passado profissional, etc.⁷ — do período de afirmação do processo de reconceptualização. Todavia, a impugnação que a assertiva pretende realizar é inócua: ignora o banalíssimo fato, exaustivamente estudado pela sociologia da cultura, de que a dinâmica e a lógica dos processos de

6. A confusão era tão flagrante que o antídoto chegava a ser divertido: certas escolas, na disciplina *Introdução ao Serviço Social*, desenvolviam uma unidade programática, “Interpretação do Serviço Social”, onde se dizia ao discente que ainda era necessário esclarecer ao pessoal das agências e ao público “o que era o Serviço Social”, para que não se lhe acomessem “tarefas que não lhe cabem”. Moral da história: bastava uma “boa” interpretação para erradicar os equívocos...

7. Aliás, o primeiro a detectar os cacoeiros do modismo reconceptualizador foi justamente um dos pioneiros na denúncia do Serviço Social tradicional o Dr. Ezequiel Ander-Egg — cf. o seu artigo “Manías y achaques del Servicio Social reconceptualizado”, in *Selecciones de Servicio Social*, Buenos Aires, ed. Humanitas, 23, 1974.

alteração de padrões científicos, teóricos e/ou profissionais se apanha, necessariamente, de adesões apressadas e até oportunistas. Mais: a generalização de qualquer novo padrão se opera através de um processo de divulgação que, nos seus estágios iniciais, implica mesmo uma *vulgarização*, que chega a ser assumida como signo distintivo de vanguardismo. Ou seja: o "modismo" é uma fase compulsoriamente experimentada por qualquer instauração de novos padrões intelectuais e profissionais. Portanto, é ilegítimo assacar contra o processo de reconceptualização uma recorrência que não é exclusividade sua, mas uma característica pertinente aos momentos iniciais de *qualquer* processo similar. Por outro lado, é de assinalar a curiosa falta de memória histórica dos que, recorrendo ao rótulo "modismo", buscam minimizar o processo de reconceptualização: esquecem-se, por exemplo, de que a introdução do Serviço Social de Grupos no âmbito institucional do Serviço Social também foi, durante algum tempo, outro "modismo" (para não mencionarmos a voga originária, entre nós, do Desenvolvimento de Comunidade) ⁸.

Terceira crítica: a reconceptualização circunscreveu-se a *pequenos grupos de elite* ("capelinhas"). Parcialmente, esta é outra constatação de fato, mas que, em absoluto, não pode fundar qualquer juízo de valor sobre o conteúdo do processo de reconceptualização. Todo movimento revolucionário ou renovador se realiza, inicialmente, engendrando uma estratificação própria, reforçada, inclusive, pela solidariedade que os seus pioneiros desenvolvem entre si. O que pode ser elemento judicativo é a relação entre esses pequenos grupos, no seu processo de maturação, e a comunidade profissional — e não há qualquer indício confiável de que os grupos reconceptualizadores tenham implementado *políticas sistemáticas de exclusão* ⁹. Além disto, sabe-se também — o que é compreensível — que a história do Serviço Social tradicional no Brasil, a certo nível, pode ser contada igualmente como a história de grupos muito pequenos e influentes, sucedendo-se e entremesclando-se no tempo.

Quarta crítica: a reconceptualização afirmou-se *negativamente*, pela recusa do passado profissional. Esta aporia mistificadora deve

8. Quem conhece a história real do Serviço Social clássico sabe que raciocinar em termos de "modismo" leva à informação de *todo* o Serviço Social — retorna-se mesmo à única atividade indene de "modismos", a velha filantropia pré-cristã.

9. No pior dos casos, pode-se afirmar que os grupos reconceptualizadores utilizaram a mesma moeda corrente entre os grupos do Serviço Social tradicional.

ser tratada com prudência, já que também expressa uma notável canidiez histórico-epistemológica. Esta reside em supor que os processos de renovação e transformação se desenvolvem sem rupturas e dilaceramentos ¹⁰. *Todas* as informações disponíveis sobre as ciências e os espaços profissionais modernos atestam, ao contrário, que a sua afirmação implicou a recusa das práticas imediatamente antecedentes ¹¹. O que se deve e pode questionar no processo de reconceptualização não foi a sua recusa do passado profissional — antes, foi a sua incapacidade para realizar uma *crítica teórica radical* deste mesmo passado ¹². É preciso reconhecer abertamente que, no domínio da crítica do Serviço Social institucional (clássico e tradicional), os esforços reconceptualizadores se limitaram a indicações fêneas, mas, no essencial, genéricas e abstratas. Por isto mesmo, o apodo peca até por insuficiência. Entretanto, ele é *mistificador* quando deixa de colocar a questão referente às *propostas* efetivamente formuladas no processo de reconceptualização: porque, mesmo considerando o estreito lapso temporal em que se desenrolou, o projeto reconceptualizador não se restringiu a uma crítica limitada do passado profissional — avançou *modelos de intervenção profissional* e explicitou *filosofias para a sua prática profissional* (elemento que, até então, só operava tacitamente no Serviço Social). Outro problema é a discussão da validade, da coerência e da relevância deste aporte do processo de reconceptualização (problema aliás fundamental). Porém, o que importa frisar aqui é que a sua mera existência põe de manifesto que a crítica aludida é improcedente.

Quinta crítica: a reconceptualização determinou a *ideologização profissional* (esta reserva vincula-se diretamente àquela que mencionarei a seguir). Mais do que em qualquer outra crítica, é nesta que a vulgaridade, a ingenuidade e a má-fé mais se conluam. É hoje ponto pacífico que o Serviço Social, clássico e tradicional — bem como *qualquer* modalidade de intervenção sócio-profissional —, *sempre esteve matizado por parâmetros ideológicos inequívocos*. Foi mérito do processo de reconceptualização, diga-se de passagem, trazer à luz estes parâmetros que, antes dele, jamais tinham sido apresentados como tais. Precisamente o processo de reconceptualização mostrou que o Serviço Social enquanto profissão *nunca ultrapassou*

10. No fundo desta suposição, o que aparece é mesmo a sombra rancosa do velho Comite a nos preceituar o progresso na ordem.

11. A própria emergência do Serviço Social clássico comprova-o: em Richmond é visível e consciente o projeto de recusar a filantropia aleatória.

12. Característica estreitamente conectada à ambigüidade, já referida, que o processo de reconceptualização trazia consigo.

passou o horizonte ideológico burguês. E ele fez ainda mais: explicitou os seus próprios (e, deve-se dizer, heteróclitos e diferenciados) valores ideológicos. Ao fazê-lo, reconheceu cristalinamente que é impossível pensar um Serviço Social sem suporte ideológico e mostrou que o verdadeiro problema não consiste em integrar ou não componentes ideológicos — consiste em qual componente ideológico deve ser integrado¹³. A crítica, pois, desfaz-se sem mais.

Sexta crítica: a reconceptualização desprofissionalizou o Serviço Social pela via da politização. Como esta aporia resume elementos de vária ordem, tratemo-la com um pouco mais de cuidado.

Na escala em que o processo de reconceptualização inscreveu-se num momento histórico em que as sociedades latino-americanas fragmentavam-se diferencialmente pelo mecanismo de uma crise estrutural (a própria reconceptualização, aliás, é um dado desta fratura), era inevitável que o âmbito profissional fosse percorrido pelas fissuras que trincavam a sociedade como um todo¹⁴. Pretender que a profissão não registrasse, em si mesma, as incidências da Revolução Cubana, do rotundo fracasso do programa modernizador e liberal da Aliança para o Progresso, da guerrilha urbana e rural, dos novos padrões da dominação imperialista (que determinaram, nos países de maior peso no continente, a emergência dos modelos militares-fascistas), da hipertrofia urbana, da crise fundiária, do colapso e da renovação de instituições tradicionais (como a Igreja católica), das novas pautas culturais de comportamento, etc. (mil etc.) — essa pretensão não merece mais que um sorriso de piedade. Neste sentido, considerar “politicizador” o processo de reconceptualização portado, que ele refletiu e assimilou as marcas fulcrais do seu tempo é, simultaneamente, reconhecer a *incapacidade* do Serviço Social tradicional para adequar-se às novas demandas sociais e *louvar* no processo de reconceptualização o seu potencial de expressão das inéditas e decisivas realidades.

13. No fundo, o que se contesta ao processo de reconceptualização não é “ter ideologia”, mas “ter ideologia de esquerda” — esta é a postura dos profissionais refratários a ele. Nos últimos quinze anos, jamais ouvi dos que mencionam o “esquerdismo” reconceptualizador qualquer juízo sobre a “ideologia” daqueles cujo êxito profissional foi e é variável dependente de 17 anos de ditadura.

14. Fenômeno absolutamente “normal” e *nada original na própria história do Serviço Social institucional*. Quanto a isto, os refratários ao processo de reconceptualização deveriam ilustrar-se investigando as polémicas e os giros que, por exemplo, marcaram a evolução profissional nos Estados Unidos na década de trinta, no período da Grande Depressão e do *New Deal*.

A crítica, porém, possui um sentido preciso: quer sugerir que o âmbito profissional desnaturou-se porque agentes da reconceptualização chegaram a fazer nítidas *opções políticas* (às vezes, político-partidárias). O equívoco é gritante: o efeito (o posicionamento político de profissionais) é tomado pela causa (as solicitações sócio-históricas que o determinam) — sequer se compreende que a problematização profissional foi posta pela realidade social e não pela ação de umas poucas cabeças conspiradoras.

Há que enfrentar o fato indementível de que o *voluntarismo* de alguns profissionais e estudantes afetos ao processo de reconceptualização (movidos por um idealismo idílico e politicamente ineficaz, mas eticamente *superior* à “neutralidade” cínica e oportunista dos corifeus tradicionais) contribuiu para reforçar o equívoco: frequentemente, esses profissionais e estudantes confundiam os níveis de desempenho e acabaram por transferir, para o debate profissional, modalidades de comportamento mais adequadas ao confronto político¹⁵. Aquele equívoco, entretanto, não teria maiores consequências, mesmo levando-se em conta a confusão mencionada (e, à época, comum em todas as esferas de formação e intervenção profissionais), se não contasse com o que, no caso específico do Serviço Social, foi um decisivo *complicador*: o caráter “doméstico”, sectário, da comunidade profissional. Idiossincrasia inerente a universos reduzidos e fechados, esse traço “doméstico” potenciou mistificadamente as tensões que penetravam o corpo profissional, e comumente conduziu à subversão dos problemas reais: conflitos mesquinhamente pessoais adquiriram uma racionalidade legitimadora ao serem canalizados pela via político-ideológica¹⁶. Assim, o *sectarismo* da comunidade profissional (envolvendo os centros de formação e as agências de intervenção) dinamizou o equívoco: todas as tensões que percorriam a comunidade profissional foram repostas no nível do

15. Disto chegou a resultar, de um lado, na efervescência das escolas, um conflito mal equacionado entre estudantes mais dotados e professores “tradicionais” (a inquietude dos primeiros vindo na incompetência e na intransigência dos segundos um signo da “luta de classes”) e, doutro, na projeção teórica, a atribuição de funções evidentemente enganosas ao Serviço Social (“transformação do mundo”). Indicações acerca desta confusão se encontram em PALMA, D.: *Reconceptualización: una búsqueda en América Latina*, Buenos Aires, ed. Ecro, 1977.

16. É premente investigar os *modelos de interação* da nossa comunidade profissional — algumas curiosas configurações comportamentais viriam à luz.

17. É claro que, ausente este traço sectário, a impugnação perde sentido. Ningüém, seriamente, sustenta que os economistas do DIEESE “desprofissionalizam” a Economia ou que, pela via da participação política, Dalmo Dallari, Oscar Niemeyer e Carlos Gentile de Melo fazem o mesmo com o Direito, a Arquitetura e a Medicina.

*Ino de de- pela
Avisar de fofoca.*

confronto político-ideológico e daí projetadas para o desempenho profissional. O mais curioso, até pela sua reiteratividade, foi o fato de a "politição" só ser rotulada como tal quando colidia com a legalidade (mais exatamente: com a ilegalidade) vigente. A "desprofissionalização" foi e é uma acusação dirigida *exclusivamente* aos profissionais que se "politizam" de forma a pôr em xeque o *status quo*¹⁸. Não é preciso que nos alonguemos mais: neste plano, a "desprofissionalização" é um biombo que dissimula tudo, exceto a defesa da seriedade profissional.

O que ainda deve merecer alguma atenção, todavia, é o suposto geral que subjaz a esta crítica: existiria *uma* profissão que o processo de reconceptualização, "ideologizante" e "politiador", diluiria. A noção de profissão que os profissionais refratários ao processo de reconceptualização esposam caracteriza-se por um *duplo erro*: exclui qualquer *pluralismo* e é basicamente *estática*. Exclui o pluralismo enquanto sugere que as modalidades de intervenção são independentes dos seus agentes — haveria um determinado instrumental profissional transferível na formação e que, em função dela, seria implementado homogeneamente (é desnecessário aduzir que esta noção só é sustentável no interior de uma comunidade profissional "doméstica"). É estática na medida em que considera como especificamente profissional a prática constituída e já institucionalizada (igualmente desnecessário é acrescentar que, então, todo *progresso* profissional é percebido como anômalo).

É na confluência de todos esses vetores que se configura a inépcia da crítica aludida: o que se acoimou de "desprofissionalizante" no processo de reconceptualização foi tanto a sua recusa dos valores políticos que travejam o Serviço Social tradicional e clássico quanto o seu projeto de ampliar o âmbito profissional com a inclusão de práticas instituintes.

Sétima crítica: *a reconceptualização instaurou um hiato entre os centros de formação e as agências de intervenção.* Esta é outra aporia infundada.

Observemos, inicialmente, que a relação entre os centros de formação e as agências de intervenção é *assimétrica*. Não cabe àqueles simplesmente suprir a demanda real e imediata posta pelo mercado de trabalho. A formação *universitária*, pela sua natureza mesma.

18. Da minha modesta experiência: conheço inúmeros casos de assistentes sociais que, manifestando solidariedade militante a grupos político-partidários de esquerda, foram acusados de "desprofissionalizar" o seu desempenho. Aguardo, com ansiedade, a mesma acusação àqueles que fizeram cursos na ADESG, elogiaram o "milagre" de alguns anos atrás, etc. Suponho que aguardarei em vão.

determina a superação desta demanda real e imediata: ela prepara quadros profissionais considerando tanto a realidade dada quanto *detectando as tendências virtuais que condicionarão novas demandas.*

A formação não pode ser colocada a reboque das necessidades imediatas que, no nosso caso, sempre foram reduzidas às necessidades *institucionais* das agências de intervenção¹⁹. Imaginar uma relação simétrica entre formação e intervenção é desconhecer quer as funções nodulares (educativos-pedagógicas) da formação, quer o cerne das suas conexões dinâmicas com a intervenção profissional. Estas conexões, derivadas daquela assimetria, implicam entre centro de formação e agência de intervenção um *fluxo de mão dupla*: do centro para a agência, da agência para o centro. A garantia desta reciprocidade pode ser assegurada pelos mais variados mecanismos, dos quais os mais eficientes e provados são os *estágios* (através dos quais o centro chega à agência) e a *formação contínua pela reciclagem* (através da qual a agência confronta as suas experiências e carências com o centro). Na moldura do Serviço Social tradicional, este *fluxo duplo nunca* existiu: a vinculação efetiva (dado o caráter "doméstico" da comunidade profissional) entre centro e agência se viabilizava apenas pelo canal dos estágios²⁰, porque a formação continuava pela reciclagem sempre foi ave rara na nossa profissão. Trocando em miúdos: a crítica dirigida ao processo de reconceptualização cabe mesmo, como uma luva, ao Serviço Social tradicional.

Os profissionais refratários ao processo de reconceptualização, no entanto, ao dirigir a este a crítica referida, abstraem a complexidade do problema. Na verdade, o que têm em mente é outra coisa: é o divórcio entre os recursos humanos (o *pessoal*) dos centros e das agências — divórcio vulgarmente conotado pela observação de que os "reconceptualizadores" se limitaram à ação nos centros, ao passo que os "profissionais" concentram-se nas agências. Este divórcio, no seu mecanismo essencial, *individe* do processo de reconceptualização: decorre da *diferenciação* que emerge necessariamente com a ampliação da comunidade profissional, determinando estratificações e novas especializações funcionais. Como o processo de reconceptualização *coincidiu* com a ampliação do universo de

19. E não é preciso sequer referir o grau de complexidade com que tem operado a esmagadora maioria das nossas agências de intervenção — no geral, as exigências *institucionais* reais que se põem ao assistente social são tão reduzidas que é de se indagar se vale a pena manter cursos *universitários* para atendê-las.

20. A própria concepção de estágio era compatível com o modelo global do Serviço Social tradicional: um campo de instrumentalização (intervenção) dos conhecimentos estabelecidos (reflexão). Não é preciso dizer que a relação entre teoria e prática aparecia como unilateral e linear.

quadros profissionais, atribuiu-se a ele algo que o transcende. Mas esta atribuição tem causas "domésticas": dissimula uma discreta "luta pelo poder". De fato, antes dos primeiros sintomas de crise do caráter "doméstico", secretário da comunidade profissional (ou, *aparentemente*, antes do processo de reconceptualização), os mesmos grupelhos profissionais *controlavam* centros e agências. A simbiose era tão completa que funcionava como sucedâneo de uma correta relação centro/agência. A ruptura desta simbiose deu o "poder" nos centros aos "reconceptualizadores" e, nas agências, aos profissionais ("tradicionais"). É claro que a permanência deste divórcio, que apenas inverte — sem superar — a relação antiga, é extremamente prejudicial à profissão; mas, igualmente, é de enfatizar a necessidade de distinguir rigorosamente centros de agências, na exploração da assimetria mencionada.

Neste domínio, não se pode eximir o processo de reconceptualização de erros que se cometeram. Em particular, há que contabilizar no seu passivo uma ponderável incapacidade para se relacionar com os segmentos profissionais mais atrasados. A atitude mais deplorável, entretanto, coube exatamente a estes e a outros setores refratários: constatando a inadequação da preparação fornecida pelos centros face à prática imediata das agências (prática consabidamente burocratizada e rasteira), colocaram em xeque o projeto global formativo derivado do processo de reconceptualização — e começou a ter livre curso a lenda de que os novos quadros são "incompetentes".²¹ Ora, *não há nenhuma evidência* que infirme a tese de que, considerada a formação como um todo, a incidência do processo de reconceptualização foi *positiva*: começou-se a produzir um quadro profissional minimamente alfabetizado, versado no acervo da ciência social, capaz de recorrer às novas teorias sócio-políticas e econômicas, apto a compreender os fenômenos de microescala a partir de um enquadramento sócio-histórico macroscópico. É suficiente comparar o conteúdo real dos programas e currículos afetados pelo processo de reconceptualização com os anteriores para

21. É de observar que os críticos do processo de reconceptualização, neste sentido e especificamente no Brasil, demonstraram e demonstram uma extraordinária habilidade política na montagem desta mistificação. E isto porque subtraem da discussão (para só tecer assaques ao processo de reconceptualização) a *efetiva queda na qualidade do ensino superior* — mas não só deste —, fenômeno diretamente relacionado à catastrófica política educacional da ditadura brasileira. Contra essa gente, é tarefa dos profissionais comprometidos com o processo de reconceptualização demonstrar que a incidência do processo contribuiu decisivamente, no caso dos cursos de Serviço Social, para travar a tendência geral operante nos últimos dezessete anos, consistente na *degradação* da formação acadêmica.

aferrir a *alteração qualitativa* que ocorreu aqui. Os críticos, todavia, não verificam nada disto: centram-se em aspectos técnicos verdadeiramente menores — o controle de técnicas de entrevistas, relatórios, fichários, etc. Não é de se minimizar a importância desses aspectos (o que, muitas vezes, de fato se deu na formação afetada pelo processo de reconceptualização), mas há que combater a sua canonização: a habilidade requerida para manipulá-los não demanda mais que bom senso e hábito, sendo inteiramente tolo fazer da sua eventual carência um cavalo de batalha.²² A ênfase que os críticos do processo de reconceptualização sempre colocam nesta questão se deve quer à sua própria concepção do "específico profissional" (que é tão pouco específico quanto profissional), quer, ainda, à sua prática rotineira e burocratizada: o desconhecimento do ritual de cada agência particular serve-lhes para identificar — e demarcar-se de — o "incompetente".

E, *last but not least*, a **oitava crítica**: a *reconceptualização não foi capaz de encetar uma prática profissional sistemática*. Em princípio, estamos diante de outra constatação de fato. Mas apenas em princípio: considerado o bloqueio institucional que os refratários ao processo de reconceptualização sempre promoveram à formação por ele afetada e, ainda, o lapso temporal em que ele teve incidência (realmente, *inferior a uma década*), exigir que dele emergisse uma *prática sistemática* é um absurdo lógico e teórico. Ainda aqui, os defensores do Serviço Social tradicional reclamam dos promotores do processo de reconceptualização aquilo que, efetivamente, *nunca produziram*, porque, em quarenta anos de profissão, com mais de duas décadas de reconhecimento legal-institucional, eles se mostraram incapazes para elaborar parâmetros profissionais consistentes e sólidos. Um exame da bibliografia brasileira de Serviço Social, mais a análise dos documentos aqui produzidos pelos assistentes sociais (nas agências, nos departamentos de estágio das faculdades, nos encontros e seminários, etc.) bastam para encerrar qualquer polêmica a respeito.

Mas não é secundário evocar, contra esta aporia, um *dado*: o novo papel conferido ao estágio pelo processo de reconceptualização. A partir deste processo, o estágio adquiriu um estatuto *central* na formação. Nem de longe estou sugerindo que o *resultado* das ações

22. Nem de longe estou sugerindo que tais aspectos são desimportantes na formação profissional. Tomá-los, porém, como o eixo dela é, realmente, conferir à profissão um estatuto *subalterno*: experiências já demonstraram que a manipulação desse repertório "técnico" é acessível a qualquer cidadão cujos dotes intelectuais se situam na faixa consensualmente reconhecida como *me-diocre*.

empreendidas pelos estagiários chegou sequer ao nível do razoável²³; mas estou afirmando que a prática do estágio foi investida de uma *dimensão nova*: passou a constituir o objeto privilegiado da intervenção da formação teórica²⁴. Enquanto, outrora, o estágio era um “campo de verificação”, na ótica posta pelo processo de reconceptualização ele foi situado como um “objeto problemático”²⁵. Por outro lado, embora não disponhamos de informações e documentação suficientes, é possível assegurar que experiências isoladas de intervenção reconceptualizada não apresentaram nunca níveis de eficácia inferiores àqueles alcançados pela prática tradicional.

A PREMISSE DA CRÍTICA CONSERVADORA

Mencionei antes que a crítica ao processo de reconceptualização que se volta para a sua superação, buscando alternativas para o impasse atual do processo na própria dinâmica objetiva das nossas sociedades, arranca da premissa segundo a qual as transformações do Serviço Social se inscrevem no contorno global dos conflitos sócio-políticos que matizam a conjuntura latino-americana. Ora, a premissa axial da crítica conservadora é inteiramente diversa, constituindo um horizonte profissional que propicia a articulação de uma clara *tendência restauradora* no interior do Serviço Social. De fato, a crítica conservadora merece cuidados na medida exata em que ameaça, a partir da constatação do refluxo do processo de reconceptualização, constituir-se no ponto de partida para uma *regressão* profissional.

Realmente, verificando o visível refluxo do processo de reconceptualização, os segmentos a ele refratários apresentam-no como uma “fase” de extremismo na evolução histórica do Serviço Social na América Latina. Agora — com o refluxo — é chegado o momento de avaliar este processo segundo parâmetros profissionais “realistas”, “corrigindo” os seus “exageros” e “aproveitando” o que trouxe de “positivo”. Nesta peculiar forma de “fazer a história”

23. A própria sazonalidade dos estágios, bem como a circulação dos estagiários (ambos derivados do caráter burocrático dos calendários escolares), *continuou* contribuindo decisivamente para a problematização desses resultados.

24. Neste sentido, as experiências de *work shop* (*taller*, em espanhol e, em tradução discutível, para nós *oficina*), embora pouco sistemáticas, guardam um potencial praticamente inexplorado.

25. Uma das várias experiências que comprovam a relevância deste giro (independentemente de outros aspectos problemáticos) foi a realizada pela escola de Serviço Social de Belo Horizonte, nos inícios da década de setenta.

do Serviço Social, há um suposto: o de que, antes do processo de reconceptualização, havia um *corpus* articulado de conhecimentos que abalizava uma intervenção profissional organizada e sistemática. Tudo se passa, então, como se o processo de reconceptualização fora um elemento de perturbação num espaço profissional consensualmente determinado e reconhecido como tal. Não é preciso acrescentar que uma “história” deste gênero encontra terreno propício no efetivo desconhecimento da profissão que marca os jovens que ingressam nos centros de formação.

Ora, este suposto — e nunca será demasiado insistir nisto — é *falso*. Antes do processo de reconceptualização, a profissão como tal (isto é: a sua prática social *real*) não foi capaz de instituir um campo de intervenção definido e sólido: para além da retórica, era um agregado heteróclito de ações intermitentes, inespecíficas, sem um referencial teórico mínimo digno deste nome, reiterativas e, é preciso dizê-lo, *ineficientes*. Mas, precisamente na medida em que este suposto não é submetido à discussão, revela-se a instrumentalização das críticas ao processo de reconceptualização, a sua manipulação no sentido de concretizar a tendência restauradora que referi. Com efeito, *as aporias ao processo de reconceptualização, nesta crítica, funcionam exclusivamente para legitimar a reposição, na formação e na prática profissional, dos padrões de formação e intervenção anteriores ao processo de reconceptualização*. Por isso mesmo, toda e qualquer concessão a eventuais “aspectos positivos” deste processo mostra-se, nesta ótica, mera verbalidade: a curto prazo, o processo de reconceptualização será enquadrado como uma “etapa” utópica e romântica do Serviço Social, um desvio que o bom senso profissional aconselhou “ultrapassar”.

LIMITES DA CRÍTICA CONSERVADORA

Parece evidente que indicar as notas mais salientes da crítica conservadora ao processo de reconceptualização não é uma tarefa meramente académica ou negativa, assim como não se reduz a uma simples “defesa” daquele processo. Trata-se, antes, de uma operação necessária para assegurar as conquistas profissionais efetivas, os progressos e os avanços que o Serviço Social institucional está realizando graças à incidência do processo de reconceptualização²⁶.

26. Não é este o lugar para clarificar tais progressos. Entretanto, deve-se dizer, sinteticamente, que eles se constelam em torno da emergência de um *novo perfil de profissional*, capaz de ampliar significativamente o espaço institucional do Serviço Social (que este novo profissional visualiza como uma

Trata-se, em suma, de *travar* as possibilidades de expansão daquela tendência restauradora que é posta pela crítica conservadora.

Esta operação deve ser encetada com tanto maior rigor quanto mais patentes são os limites da crítica conservadora. Eles são claros quando se leva em conta que, de um lado, ela é incapaz de pensar analiticamente a tradição profissional e, de outro, é inepta para vulnerabilizar o processo de reconceptualização. Com efeito, ela deixa intocado o passado profissional — inclusive porque esta é uma condição vital para a sua proposta restauradora — e o seu próprio inquisitorial à reconceptualização *não é autônomo* (como vimos, ela retoma elementos autocríticos avançados no desdobramento mesmo do processo de reconceptualização). Estas duas notas da crítica conservadora são complementares: revelam-na medularmente refratária à compreensão do espaço institucional como campo balizado simultaneamente pelo acervo de práticas legítimas (profissão) e pelo nível de desenvolvimento das lutas e conflitos de classes (História). Numa palavra, para a crítica conservadora o presente não existe enquanto História.

Mas a limitação desta crítica não se põe somente no plano intelectual e refletivo. Seu limite mais flagrante aparece mesmo é no seu projeto restaurador — *exatamente at reside a sua fragilidade*.

Embora considerando o parasitismo burocrático engendrado pela hipertrofia do Estado capitalista no Brasil (e não se pode esquecer que, entre nós, o Estado é o patrão *par excellence* do assistente social), os padrões de intervenção do Serviço Social tradicional são *incompatíveis* com o *mínimo de eficácia* que a modernização social implementada prussianamente desde 1964 pela ditadura brasileira exige. A tendência profunda da demanda que as agências colocam hoje ao quadro profissional marginaliza *a limine* o assistente social de corte tradicional: quer nos vários planos do aparato estatal, quer nos terrenos que a grande empresa privada lhe oferece, o profissional requisitado atualmente tem pouquíssimo a ver com o modelo de quadro e o referencial de intervenção construídos pelo Serviço Social tradicional. A verdade é que este profissional, tecnicamente, só poderá alocar-se aos microorganismos mais irrele-

tecnologia que pode intervir no campo das *políticas sociais*). Estamos face a um agente profissional de novo tipo, com óbvia vocação teórica, que se dispõe à intervenção institucional com a clara consciência dos seus limites. A prática que se consubstancia neste Serviço Social, autodenominado "crítico", não se dá sem problemas; referido às componentes mais audazes e decisivas contidas no processo de reconceptualização, ele concretiza patentes recuos — mas como tais recuos são determinados pela conjuntura histórica, esta prática institucional aparece como a mais avançada possível.

vantes da sociedade civil (instituições de bem-estar, alguns serviços médico-sanitários e escolares, etc.) e às dependências mais insignificantes da burocracia pública. Isto quer dizer que o limite da crítica conservadora está encravado na sua inferência prática: o seu projeto profissional está condenado ao fracasso porque não tem a menor chance de responder mesmo às demandas sociais imediatas.

Como se constata, a crítica conservadora ao processo de reconceptualização está limitada *objetivamente*. Mas seria enganoso não conduzir contra ela uma polêmica contínua, articuladora de uma contracrítica. E a razão é simples: na escala em que ela e seu projeto restaurador puderem encontrar, mesmo que num prazo histórico muito curto, terreno de expansão, necessariamente o desfecho de uma proposta renovadora de intervenção profissional será obstaculizado e problematizado. Com a experiência que temos, inclusive do processo de reconceptualização, sabemos já que não bastam conjunturas históricas favoráveis para que se dê a emergência de projetos sócio-profissionais aptos a articular respostas adequadas — neste âmbito, não há automatismos.

Por isto mesmo, desvelar a inépcia da crítica conservadora reveste-se de um duplo sentido: resguardar a profissão dos danos realmente contidos na tendência restauradora e, ao mesmo tempo, acumular o fôlego analítico de que o Serviço Social carecerá, dado um novo movimento de afluxo das forças comprometidas com a revolução social latino-americana, para transcender os seus constrangimentos institucionais.